

Márcio Lopes da Silva

(Autor e Organizador)

ASPECTOS HISTÓRICO-FILOSÓFICOS DA TEORIA DO DELITO

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2026

Sumário

Prefácio	XV
1 Introdução.....	1
2 Aspectos Conceituais da Teoria do Delito.....	7
2.1 O conceito material do delito e a relevância social.....	8
2.2 A estrutura jurídica (formal) e analítica do delito.....	9
2.3 Os elementos do fato típico.....	10
2.4 Os elementos da ilicitude.....	11
2.5 Os elementos da culpabilidade	12
2.6 O processo de formação da teoria analítica.....	12
3 O Iluminismo e sua Influência no Direito Penal	15
3.1 O iluminismo: definição e contexto histórico	15
3.2 A visão kantiana e a difusão do conhecimento	16
3.3 As críticas ao absolutismo e os princípios iluministas.....	17
3.4 Principais pensadores iluministas e seus legados	19
3.5 A influência do iluminismo no direito penal moderno	20
3.6 Cesare Beccaria: o fundador do direito penal moderno	22
3.7 A crítica de Beccaria aos excessos da justiça criminal.....	23
3.8 Beccaria contra a pena de morte e a tortura.....	24
3.9 A argumentação de Beccaria contra a tortura como meio de prova	25
3.10 O legado duradouro da obra de Beccaria	26

4 O Positivismo e sua Influência no Desenvolvimento da Teoria do Delito	27
4.1 A ascensão da ciência e o modelo mecanicista newtoniano	27
4.2 Galileu Galilei e a fundação do método científico empirista	28
4.3 Descartes e a visão mecanicista do universo	29
4.4 Newton: a grande síntese metodológica e o paradigma científico	31
4.5 Augusto Comte e a extensão do positivismo às ciências sociais	33
4.6 O Positivismo e o nascimento da criminologia positiva	36
4.7 A centralidade do criminoso e as teses deterministas da escola positiva	37
4.8 O confronto com a dogmática jurídico-penal e o surgimento da escola técnico-jurídica	38
4.9 A sistematização da teoria do delito	39
5 A Evolução Histórica da Teoria do Delito	41
5.1 Conceitos material, formal e analítico de crime	42
5.2 A construção dogmática da teoria do delito: Liszt e Beling	44
5.3 O conceito de imputação como precursor	45
5.4 A separação entre antijuridicidade e culpabilidade: de Jhering a Liszt	49
5.5 A contribuição de Beling: a introdução da tipicidade	51
5.6 Precursores da teoria do delito: Stubel e Luden	52
5.7 Síntese e evolução contínua da teoria do delito	53

6 A Estrutura Clássica da Teoria do Delito.	57
6.1 Introdução à teoria clássica do delito e o conceito de conduta humana	57
6.2 Modalidades da conduta e relevância para o direito penal	58
6.3 A estrutura dualista do delito e a ação como elemento autônomo	59
6.4 A concepção de ação na teoria clássica: ato de vontade e causalidade	60
6.5 O tipo penal de Beling: descrição objetiva e neutra	62
6.6 A contribuição de Max Ernst Mayer: o tipo penal como indício de antijuridicidade	64
6.7 O conceito de antijuridicidade: formal e material	64
6.8 Origem e caráter objetivo da antijuridicidade	65
6.9 A culpabilidade na teoria clássica: caráter psicológico	66
6.10 Evolução do conceito de culpabilidade: primeiros sinais de normatividade	68
6.11 Resumo da estrutura clássica do delito e seus elementos embrionários	70
7 A Estrutura Neokantista da Teoria do Delito.	75
7.1 A razão iluminista e a busca pela verdade	75
7.2 A crítica kantiana à razão dogmática e os fundamentos do conhecimento	76
7.3 A razão como fundamento da moral: o imperativo categórico	78
7.4 O criticismo ou kantismo: limites da razão e a crítica filosófica	79

7.5 Do racionalismo kantiano ao positivismo causalista	80
7.6 O neokantismo: um levante filosófico e suas escolas.....	80
7.7 A Escola de Baden e a descoberta dos "valores" e da "cultura"	82
7.8 As duas perspectivas da realidade para o neokantismo de Baden	83
7.9 Aplicação do neokantismo ao direito penal: abandono do causalismo	84
7.10 A introdução dos elementos normativos no tipo penal por Max Ernst Mayer	85
7.11 A teoria da ratio cognoscendi e a relação tipo-ilicitude.....	87
7.12 A descoberta dos elementos subjetivos da antijuridicidade.....	89
7.13 A teoria dos elementos subjetivos do injusto: Mezger e a ratio essendi	90
7.14 Ilustração dos elementos subjetivos do injusto em causas de exclusão da ilicitude	92
7.15 A culpabilidade psicológico-normativa no neokantismo.....	93
7.16 Síntese da estrutura do crime no modelo neokantiano.....	95
8 A Estrutura Finalista da Teoria do Delito	99
8.1 Ruptura e evolução	99
8.2 Críticas aos modelos causalista e neokantiano e a influência dos regimes totalitários	99
8.3 A concepção causalista da ação penal: modelos clássico e neoclássico	102
8.4 A função ético-social do direito penal na visão finalista de Welzel	104

8.5 A ação finalista: essência e direcionamento da conduta humana	106
8.6 A reestruturação dos elementos do crime: o dolo na tipicidade	108
8.7 A evolução do conceito de culpa na teoria finalista.....	109
8.8 A estruturado delito na teoria finalista	113
9 As Teorias Funcionalistas do Delito	115
9.1 Uma introdução	115
9.2 O funcionalismo teleológico de Claus Roxin – princípios e integração político-criminal.....	117
9.3 Redefinição dos elementos do delito: ação, nexos causal e culpabilidade.....	118
9.4 O dolo na perspectiva funcionalista de Roxin.....	119
9.5 A teoria da pena e o caráter político-criminal	121
9.6 Síntese entre o valorativo e o ontológico e aplicações práticas	122
9.7 O funcionalismo sistêmico de Günther Jakobs – fundamentos: expectativas normativas e a função comunicativa da pena	124
9.8 A responsabilidade dualista e os deveres de garante	126
9.9 A releitura do bem jurídico e da ação comunicativamente significativa	128
9.10 Fato típico e a importância da imputação objetiva	130
9.11 Os filtros da teoria da imputação objetiva: risco permitido, proibição de regresso e imputação à vítima.....	132
9.12 Conclusão: a revolução de paradigmas do funcionalismo	136

10 O Modelo Significativo na Teoria do Delito.....	139
10.1 Introdução ao modelo significativo e as limitações dos modelos tradicionais	139
10.2 A influência da filosofia da linguagem de Wittgenstein: os “jogos de linguagem”	140
10.3 A teoria da ação comunicativa de Habermas e sua aplicação nos crimes contra a honra	141
10.4 A incorporação filosófica no direito penal: o modelo significativo de Vives Antón	143
10.5 Os três pilares centrais do modelo significativo.....	145
10.6 As categorias do delito na teoria significativa	146
10.7 Vantagens e implicações do modelo significativo na análise penal.....	147
10.8 Desafios e considerações finais sobre a aplicação do modelo significativo no Brasil	148
Referências Bibliográficas	151